

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 05/2023
(Mandato 2021/25)**

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2023

CONTÉM 26 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2023 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2023, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 22H30

Sumário

Páginas

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	4
LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA	5
APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES.....	5
INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS	8
ORDEM DO DIA	13
INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO	13
ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2024.....	13
CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO.....	19
ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS	20
AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	20
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS	20
FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.....	24
TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM	24
LANÇAMENTO DE DERRAMA	24
LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS	25
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -	25
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	25
ENCERRAMENTO	26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA

No dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luisa Maria da Costa Gomes de Castro e de Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 28-11-2023. -----

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.-----

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). -----

Registaram-se as faltas dos seguintes membros:-----
Miguel Filipe Rocha Viana (PPD/PSD.CDS/PP); Cristiano Fernandes Pinto (PS); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; e Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende, que, nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

Substituições: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF) foi substituída por José Ernesto Gachineiro Pinto, secretário da UF. -----
- Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira foi substituído por António Soares Gonçalves Pereira, secretária da UF. -----
- Miguel Filipe Rocha Viana (PPD/PSD.CDS/PP) foi substituído por Zulay Adalys Vargas Rondon. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Assembleia Municipal (AM), verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- De seguida, propôs a alteração e a inclusão, na ordem do dia, ao abrigo do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, das seguintes propostas, previamente remetidas aos membros da Assembleia: ----

- segunda versão proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, no valor de € 21 903 378,00 (vinte e um milhões novecentos e três mil trezentos e setenta e oito euros) que incluem o Mapa de Pessoal, indicada como ponto 2; -----
- segunda versão da proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2023/20, indicada como ponto 4;-----
- inclusão da proposta de assunção prévia de compromisso plurianual decorrente do lançamento da empreitada de reabilitação do edifício do Centro de Saúde de Paredes de Coura, indicado como ponto 10 no documento relativo às deliberações;-----
- a intervenção do público passa para ponto 12 da ordem do dia.-----

Relativamente a estas alterações o Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: -----

Presidente da Câmara: Quanto à proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais, torna-se necessária por se tratar de uma verba para custear os encargos com a reabilitação do Centro de Saúde de Paredes de Coura. Inicialmente apenas estavam previstas a execução da candidatura, trabalhos de orientação e os arranjos exteriores e, entretanto, o Município passou a entidade promotora da obra, embora perante a contestação a nível da CIM (Comunidade Intermunicipal do Alto Minho), são as regras do PRR e, ou se aceitavam estas condições, ou as obras não seriam feitas. -----

Portanto, as condições eram estas, uma situação que apanhou todos presidentes de Câmara de surpresa e que os mais renitentes contestaram, mas acabaram por ceder, terminando por ser uma decisão coletiva da CIM.-----
Nestas circunstâncias, e dado que o orçamento da obra ronda os setecentos e quarenta e cinco mil euros, foi necessário fazer novo enquadramento do orçamento da despesa para anos seguintes. Nestes termos, a Câmara terá de aprovar um contrato interadministrativo entre o Município, na qualidade de dono da obra, e a ULSAM, já agendado para discussão na próxima reunião do Executivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

As obras têm a ver com a melhoria da eficiência energética, promover o conforto dos profissionais e dos utentes e acessibilidades, considerando que à data da construção do edifício a legislação era menos rigorosa quanto às barreiras arquitetónicas.-----

Disse terem sido sensatos quanto às despesas pois não enveredaram por um projeto megalómano, mas por um edifício que vai ao encontro das necessidades dos utentes.-----

Salientou que a oposição tem sido compreensiva quanto às alterações orçamentais apresentadas e têm-nas votado favoravelmente, mas como podem verificar, estas têm sido ordinárias, decorrem da lei e acabam por não constituir nenhum constrangimento.-----

Referiu ainda que será uma obra que se vai prolongar por mais de um ano, pelo que se constitui em compromisso plurianual, sendo a sua autorização uma decisão que cabe à Assembleia Municipal.-----

Por fim, apelou ao voto favorável, “tendo em conta que é uma medida boa para todos nós”.-----

Reconhecida a urgência da deliberação dos pontos supra designados, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a substituição e inclusão dos mesmos, na ordem do dia da presente sessão.-----

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada em 29-09-2023.-----

O Presidente da AM deu conhecimento do expediente.-----

De seguida submeteu a ata da sessão ordinária realizada em 29-09-2023, que foi aprovada por unanimidade.

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, não participaram na votação:-----

Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares e); Zulay Adalys Vargas Rondon (PPD-PSD CDS-PP); António Soares Gonçalves pereira, Secretário da UF de Formariz e Ferreira;-----

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

Manuel Monteiro – PS: Na sequência da sua presença na reunião Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho de 4 de dezembro de 2023, informou o seguinte.-----

“A informação que vos quero fazer passar, independentemente de estar disponível para dar toda a informação que consegui reter e que vos possa ser útil e pertinente. Centrar-me-ia no período de antes da ordem do dia, e não tanto na ordem do dia que trabalhou os documentos do orçamento previsional, do quadro pessoal e da adesão da CIM Alto Minho ao Fórum Oceano. Este último ponto pode ser uma questão importante que tem a ver com a economia do mar e centra-se, sobretudo, nos concelhos do litoral marinho ou que também tenham fronteira fluvial.-----

Então centrar-me-ia nas questões que foram colocadas ao senhor presidente do Conselho Executivo, que têm a ver com o funcionamento da CIM e, sobretudo, com as iniciativas que o Conselho Executivo tem assumido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente a alguns problemas que têm afetado a globalidade da população do Alto Minho. E num caso concreto, mais na população de Viana, mas que, de qualquer maneira, tem efeitos em toda a população. -----

Desde logo, começava por informar todos os membros desta Assembleia e todos os presentes da questão que tem a ver com as portagens da A 28, particularmente com o pórtico de Neiva. Como sabem, a CIM tem assumido esse papel de reivindicar junto da tutela, ou seja, junto do Ministério da Coesão Territorial a redução de algumas portagens, nomeadamente em algumas autoestradas que servem o interior e ainda da não inclusão da A 28 nesse domínio. Foi questionado o sr. Presidente do Conselho Executivo sobre esta questão e, em particular, sobre a deslocalização do pórtico de Neiva que, estando imediatamente antes do nó de acesso à zona industrial de Neiva, coloca, em particular, dificuldades a todos os trabalhadores do concelho de Viana e de outros concelhos limítrofes que vão para a sua atividade laboral naquela zona, ficando sujeitos a uma portagem dentro do próprio concelho de Viana. E o que pedem é única e exclusivamente, neste momento, a deslocalização desse pórtico, que podendo, por exemplo, beneficiar ou não a população de Paredes de Coura, para a zona imediatamente a seguir ao nó de Neiva. Pelo sr. Presidente do Conselho Executivo foi informado de que tem mantido contactos com a tutela, mas que esta tem sido irredutível até ao momento, em todas as démarches que têm sido feitas. E para aqueles que têm tido alguma curiosidade ou alguma particular atenção a este nível, o concelho de Viana está mobilizado exatamente para tentar fazer esta esta alteração, o que se nos afigura de particular importância, particularmente para o concelho de Viana, mas para toda a população do Alto Minho.---

Outra questão colocada ao senhor Presidente do Conselho Executivo foi aquilo que tem sido um incómodo para a gestão da ULSAM, nomeadamente pela situação da não nomeação do Conselho Executivo. Posteriormente a essa reunião, soubemos também que o próprio Presidente nomeado para o Conselho de Administração, terá renunciado ao lugar. Sabemos que há um certo impasse nesta nomeação e que o sr. Presidente do Conselho Executivo nos informou é que os municípios continuam a ser um parceiro importante para este órgão de administração da saúde no nosso distrito e que têm já indicado um elemento da CIM, para o Conselho de Administração. Portanto, como sabem, o impasse mantém-se com este governo em gestão, provavelmente manter-se-á durante algum tempo, o que se nos afigura de particular dificuldade, sobretudo porque o que se pretende não é propriamente a urgência da nomeação e da substituição, mas, sobretudo, com o facto de esse órgão de administração estar para além do mandato desde 2019. E que a renovação deste órgão de administração e gestão hospitalar é de toda a necessidade pela criação de uma nova dinâmica e de uma nova capacidade de intervenção de todo o setor da saúde para o Alto Minho. Neste particular, lembrar que o próprio Conselho Executivo convocou uma conferência de imprensa para repudiar o facto de há poucos dias a subunidade de saúde de Monção Urgência Básica de Monção estar encerrada no fim de semana pelos motivos que todos conhecemos. A recusa de médicos e de pessoal de enfermagem relativamente ao exercício da sua função. --- -----

Para terminar, o sr. Presidente do Conselho Executivo foi questionado sobre o funcionamento da rede de transportes Alto Minho e da articulação com a ferrovia. Isto encerra duas questões, uma tem a ver com o processo de atribuição da rede de transportes que estava em fase de concurso, um concurso Internacional que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só teve um concorrente e que esse concorrente não apresentou, na opinião do júri do concurso, garantias quer de funcionamento, quer de preço que reunisse os requisitos de atribuição da concessão de transportes. Portanto, penso que haverá alguns desenvolvimentos, mas o que foi informado na altura é que não iria ser feita a concessão desse transporte. Ainda em relação aos transportes e à articulação com a ferrovia, foi também discutido e foi apontada a necessidade de fazer a articulação com a ferrovia sabendo que, há quase dois anos, a rede ferroviária foi remodelada e eletrificada e entrou em funcionamento a linha entre Valença e Viana, sendo muito maior a oferta de comboios do que a que existia até à altura. De qualquer maneira, o que se questionava, com a concessão de uma nova rede de transportes rodoviários, era se haveria ou não articulação com a rede ferroviária. O que foi dito é que havia todo um trabalho ainda a fazer, até porque, como acabei de dizer, a própria concessão da rede de transportes públicos rodoviária estaria em suspenso, digamos assim. E, neste contexto, foi avançada também uma questão que é importante para nós, porque nós também sentimos isso quando nos deslocamos, se vamos daqui a Monção por Valença, sentiremos isso, em determinadas horas, ou se viermos de Viana, que temos alguma necessidade, quer em Caminha, quer em Cerveira, pelo lado do litoral, sentimos fortemente o constrangimento que são as horas de ponta entre o final da A28 e, nomeadamente, o nó de S. Pedro, em direção a Paredes de Coura. -----

E o que está em cima da mesa e em discussão também, na sequência deste pedido de esclarecimento, foi aquilo que vem a ser reivindicado e aquilo vai ter um forte empenho da CIM, sobretudo na ligação da A 28 a Valença e daí a sua ligação, com variante ou não, a Valença, a Monção e a Melgaço. De igual modo, foi também lançada ou reiniciada ou retomada ou sempre avivada, a ligação do Vale do Lima ao interior da Galiza, nomeadamente a zona de Xinzo del Lima, portanto, pelo Lindoso. Que é também uma outra perspetiva que a CIM irá trabalhar em termos de ligações rodoviárias. E para terminar, a retoma da plataforma de Salvaterra / Neves em frente a Monção é também um fator de pressão para este eixo rodoviário quer que ligue a A3, quer que ligue a A28 a todo o interior do Alto Minho que, junto à margem do Rio Minho”. -----

Presidente da Assembleia: Relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, informou ter falado com os membros do grupo de trabalho da Assembleia Municipal, bem como ter tido uma reunião, no dia 30 de novembro, com o grupo que representa a Câmara, a EPRAMI, o Agrupamento de Escolas, o Centro Cultural e o Arquivo Municipal, tendo feito o balanço das atividades e verificado de que tudo está planificado de acordo com o que estava previsto. -----

Assim, anunciou um espetáculo no dia 26 de abril, do músico João Afonso com o Coura VOCE e outra das atividades que é a alteração da próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar, em princípio, no dia 23 de fevereiro às 14h30, no Centro Cultural, que integrará um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas e da EPRAMI, representada pelo Presidente da Assembleia, que empossará os alunos como elementos da Assembleia Jovem. --- -----

A alteração do horário da sessão torna-se necessária para que possa estar presente o maior número de alunos. - Entretanto, outras atividades serão planeadas e divulgadas.-----

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpeleções ao presidente da Câmara Municipal. -----

-----**José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP):** “Há cerca de um ano, no decurso de umas análises clínicas relativas a uma questão dermatológica, mas também aproveitando para as questões de acompanhamento anual, foi detetada numa das variáveis um agravamento considerável do valor, ultrapassando significativamente o normal. -----

Logo no início do ano, porque acredito no SNS, embora como veremos há muito a melhorar, solicitei consulta com a médica de família, que imediatamente me encaminhou para o Hospital de Braga, com caráter de urgência, também face a antecedentes familiares. -----

Entre consultas e pedidos de novas análises e exames complementares, e no caso a maioria deles feita em hospitais particulares com o P1, em consulta com a especialidade foi-me confirmada a existência de pelo menos 2 tumores malignos na Próstata em 18/08/2023. -----

Na mesma consulta, e não obstante o impacto da notícia tive depois de ouvir as duas tipologias de tratamento e o aconselhamento do médico, optei pela cirurgia de extração da Próstata, cuja expectativa de realização face aos tempos de espera era de cerca de 60 dias. -----

Dias depois foi-me confirmada a cirurgia para o dia 18/10/2023. Entretanto junto do IPO obtive a segunda opinião que confirmou o aconselhamento e opção tomada. Entre aquelas datas fiz toda a preparação para a cirurgia, e no dia 16/10 recebi o telefonema com as indicações para a cirurgia e em simultâneo neste período, recebi por 2 vezes cheques para ir fazer a cirurgia aos hospitais particulares com protocolo com o SNS. -----

Como quem tem, e tinha pouca confiança na maioria daquelas propostas, transmiti sempre a minha opção pelo Hospital de Braga. No dia 18/10 pelas 8h da manhã, lá fui, fiz toda a parte do internamento e aguardei pela chamada que aconteceu. Contudo a chamada aconteceu para transmitir que por via da greve, a cirurgia não ia ser realizada. -----

Ora aqui está o resultado de uma intervenção política para a qual trago aqui a partir de uma experiência pessoal de saúde. Não tivesse havido a opção ideológica no 1º Governo do Dr. António Costa, com a intervenção de partidos radicais, não democráticos, o Hospital de Braga manteria a gestão positiva e mais barata que tinha, e com melhor serviço que o atual, através da Parceria Público-Privada e eu teria a minha cirurgia realizada, através da laparoscopia. -----

É esta filosofia que um dos candidatos a liderança do PS quer novamente trazer, o radicalismo de sermos e passarmos a ser todos iguais, nivelados por baixo. -----

A minha cirurgia, pelo mesmo método, foi reagendada para o dia 25/11/2023. -----

Durante este 2º período, e após leitura de muito texto sobre o assunto, lá descobri que havia uma nova técnica com resultados muito mais positivos, e que o Hospital de Braga não tinha essa opção, havendo-a, apenas, em dois hospitais portugueses, o Hospital de S. João e o de Santa Maria. Quer isto dizer que os cidadãos do Porto e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Lisboa, tem acessos a cuidados públicos que o resto do país não têm, sendo este também um resultado do igualitarismo defendido pelo PS e esquerda.-----

Entusiasmado tentei perceber onde poderia ser operado com a Laparoscopia Robótica, tendo descoberto que se faz em vários hospitais privados no norte do país, incluindo em Braga.-----

Ora eis a primeira questão, havendo esta capacidade, com uma tecnologia mais avançada, que garante melhores resultados aos utentes, porque é que o SNS não protocola com estas entidades para prestar o melhor serviço à população? -----

Mesmo economicamente, considerando os níveis de acompanhamento que a técnica anterior requer a nova técnica admito ser mais económica socialmente. Porque é que o SNS tem protocolos com entidades que não têm estas competências, a quem interessa isto? Não é com certeza ao cidadão e ao utente, mas a interesses que a falta de mecanismos regulados permite a contratação, muitas vezes, a amigos do sistema. -----

Ora o Partido que defendo tem um projeto para o país que aproveita todas estas capacidades e competências do setor privado, enquanto o próprio SNS não faz os investimentos que o governo do PS não fez para dotar o SNS dos equipamentos mais avançados tecnologicamente. -----

O PS apenas gosta de gastar, sem produzir e sem investir, pondo em causa a capacidade do Estado, de no futuro, continuar a prestar os serviços, não obstante os valores absurdos de impostos cobrados. -----

Quero dizer que em 17/11/2023, há precisamente 4 semanas, fiz a cirurgia no Hospital da CUF (e paguei um valor considerável), com um cirurgião dos mais experimentados e competentes de Portugal, e correu tudo bem, estando a recuperar também muito positivamente. -----

A incapacidade do Estado, criada pelo PS nos últimos anos, a incapacidade para garantir a todos os portugueses a igualdade de oportunidades aos tratamentos mais eficazes, e a par disso ver como muitos dos governantes que têm passado pelos Governos do PS se têm envolvido em esquemas de, pelo menos, aparente, benefício próprio ou do partido, com os negócios do Estado, deixa-me revoltado. -----

Ainda que, com dificuldade, pude optar por uma técnica cirúrgica com maiores garantias de sucesso mas, e os que não podem, e que têm de se sujeitar aos atrasos das listas de espera com eventuais desenvolvimentos graves das doenças, ou a clínicas dos amigos, pouco conceituadas, com as quais, alguns hospitais fazem acordos para a prestação do serviço que deveria ser no SNS, mas que é privado?-----

Mas, é esse o país que o PS construiu e que nem eu, nem o PSD se revêm. -----

E o mais absurdo é que tenho visto pessoas cuja vivência é tudo menos socialista agora a apoiar candidatos à liderança do PS, que já estiveram em governos do Eng. José Sócrates e, agora, do Dr. António Costa, obviamente para manter o status quo existente de manutenção de ligações perigosas e para defenderem os que estão no cerne do furacão. -----

Há até um dos candidatos que, pelo que tenho visto, é o preferido da estrutura local, ou em particular do Sr. Presidente, que está, mesmo antes de começar, envolvido na luxúria do Governo que está a terminar funções. -

Não nos podemos esquecer, pelas notícias que vieram a público, que foi o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos que aprovou uma indemnização de 500 mil euros a uma administradora que, depois, foi contratada por outro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ministro para secretária de estado, isto não é mais do que o PS. Não estranharia que se isso viesse, efetivamente, a ser investigado ainda se iria descobrir que a indemnização era para as finanças do PS. A ver vamos. Mas não podemos também esquecer o decreto para a decisão de localização do novo aeroporto de Lisboa que, depois, o Dr. António Costa teve de revogar. Decidir de forma tresloucada, não é uma qualidade, é um defeito. É certo que um líder deve ter capacidade de decisão, mas depois de estudos independentes, e no caso de investimentos estruturais daquela dimensão deve ser abrangente com outros partidos democráticos e de alternância. Ora a atitude revela, apenas, imaturidade. -----

Também pelas notícias que saem a público, sem o ver ter-se desmarcado, é o conjunto de concursos e valor por administração direta entre o Estado e uma empresa, em que o Dr. Pedro Nuno Santos terá uma participação em conjunto com familiar do primeiro grau, tem obtido. Talvez isto justifique as notícias vindas a público sobre a justificação ou não, da forma de pagamento e origem dos fundos relativas à compra da casa que acabou posteriormente, por vender. -----

Particularmente, acho que para o PSD, o Dr. Pedro Nuno Santos é o melhor adversário, tendo em visto o melhor resultado para o PSD. Na minha opinião essa eleição garantirá, mais facilmente, a alternância, desejada para Portugal, do partido a exercer a governação. -----

Caso tal não aconteça, por vontade dos portugueses, legítima, mas obviamente não será com o meu voto, o Governo do PS manterá a capacidade da economia de Portugal ser ultrapassada por outros países Europeus, como foi o resultado da governação do PS nos últimos anos, que fomos ultrapassados por: Malta, República Checa, Estónia, Eslovénia e Lituânia, agora a Roménia, e com a Polónia e a Hungria à perna. -----

Sim reparem bem, exceto Malta são todos países da antiga URSS, que partiram de uma base muito mais baixa e que ultrapassaram Portugal no rendimento per capita. -----

Esses países de facto não tiveram no poder durante tantos anos o Partido Socialista, nem foram apoiados por partidos radicais, antidemocráticos de esquerda. -----

Reparem que não fomos ultrapassados pela Grécia, que também teve um Governo que os levou à bancarrota, como em Portugal, e que se aliaram, à extrema esquerda, e obviamente ainda não recuperaram e estão atrás de Portugal, pois Portugal teve um governo patriótico do Dr. Passos Coelho, que tendo governado com as obrigações impostas pela TROIKA que o PS assinou, devolveu a credibilidade internacional a Portugal. Esses países que nos ultrapassaram, também não têm a carga fiscal que o PS impôs aos portugueses e que, em grande medida, é o fator mais significativo de perda de competitividade da economia portuguesa, e em prejuízo, naturalmente, dos portugueses. -----

Mas pelos vistos a estrutura local do PS quer continuar a ter um líder que defende exatamente a aliança com os partidos equivalentes aos que governavam a antiga URSS. -----

A ânsia do PS estar no poder e do Dr. Pedro Nuno Santos é tão grande, que o estou a ver a negociar com o CHEGA, caso o BE e o PCP não sejam suficientes. É que não pode ser posto em causa o que gravita à volta do poder. ---- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da minha parte tudo farei para negar a mexicanização (com a perpetuação do PS no poder, quase como União Nacional) da política portuguesa, e procurar garantir a alternância democrática que Portugal e os portugueses precisam. -----

Desejo que a campanha decorra de forma esclarecedora e que obviamente os portugueses digam o que querem, e naturalmente desejo que queiram dar uma maioria estável ao PSD para reformar e governar e para resolver os problemas do País e das pessoas e não de alguns. -----

Termino, como não poderia deixar de terminar, com uma frase marcante e que definiu a minha orientação política de Francisco Sá Carneiro: Primeiro Portugal (no nosso caso, dos aqui eleitos, primeiro Paredes de Coura), depois o partido e por fim a circunstância pessoal de cada um de nós”.-----

Manuel Monteiro - PS: “Sr. membro, não leve a mal, até porque julgo que a cirurgia a que foi sujeito correu bem e folgo com isso. Mas os medicamentos não lhe fizeram muito bem. Não lhe fizeram muito bem, porque o que nos trouxe aqui foi um delírio. Aliás, eu não trouxe aqui o assunto propositadamente porque sabia que ia trazer a cartilha que andam a tentar espalhar. A sua colega na Assembleia Intermunicipal teve exatamente esta postura. Chegou, mal se sentou, fez a mesma intervenção, exatamente no mesmo tom. Porquê? Cheira-lhes a campanha e estão inebriados. Estão inebriados! E, mais, obcecados com o facto de um dos candidatos que é mais afirmativo, mais combativo, que tem coragem pública de assumir as coisas, que possa vir a ser Secretário-Geral do PS. Não é que possa vir a ser Primeiro-Ministro. Eles já estão a antecipar que pode vir a ser Primeiro-Ministro. Por isso vêm para aqui com o papão, que todos os portugueses já perceberam que não é papão nenhum: negociar com a esquerda parlamentar que não é uma esquerda terrorista. É uma esquerda parlamentar eleita por portugueses. E que, aliás é também eleita por portugueses, uma direita parlamentar, xenófoba, racista, misógina, antidemocrática. E a nossa leitura é que vocês se vão aliar, se quiserem ser poder, ou é mentira? Como fizeram nos Açores. E nós não queríamos discutir aqui aquilo que a gente sabia que vocês vinham trazer. Que vêm inebriados com o discurso nacional para o local. -----

Nós estamos aqui para discutir um orçamento que tem, que bebe e que tem efeitos das posturas nacionais dos governos nacionais, mas que são opções locais. E é disso que estamos a falar. Agora também podemos discutir aquelas coisas que o senhor trouxe para aqui e que são muito interessantes. Afinal o SNS funciona! Agora não me venha com o papão das reformas estruturais que eu, quando ouço dizer reformas estruturais, só me apetece pegar na pistola e nunca fui um homem que desse um tiro. Porquê? Porque ninguém sabe o que é isso. Reformas estruturais é reduzir direitos dos trabalhadores, é liberalização, é desregulamentação completa. É por isso que a Roménia está à nossa frente. Como vocês dizem? Onde é que está a segurança dos trabalhadores romenos? Zero! Como na Irlanda. Por isso é que a Iniciativa Liberal fugiu. Onde é que estavam os eleitores da Iniciativa Liberal há 5 ou 6 anos? Estavam no PSD. Onde é que estavam os do Chega? Alguns estavam no PSD, e outros, se calhar, estavam no CDS. E isso é um mito. Isso é um mito ou no Bloco de Esquerda votam pessoas urbanas não esclarecidas?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Invocou o seu caso pessoal, que todos folgamos naturalmente que tenha resolvido. Mas de facto, a demagogia não faz parte. Trazer para aqui demagogia pelo facto de dizer porque é que os portugueses do Alto Minho ou de Bragança, não têm acesso à tecnologia de ponta que há no hospital de São João ou de Santa Maria. Não é possível. Não é possível, porque não é só a tecnologia, os privados têm tecnologia, compram-na e vão buscar recursos humanos que também trabalham no SNS. Ou vejamos! Já ouviram a saúde privada estar a falar neste momento? Há quem acuse o PS de estar a trabalhar para a iniciativa privada. Há quem acuse o Governo do PS de estar a trabalhar para a iniciativa privada quando não paga aos médicos. Porque o problema é o dinheiro, mais nada, o dinheiro, retribuição. -----

Agora, se for ver do ponto de vista dos trabalhadores e do trabalhador médico, provavelmente há na entrada da carreira, coisas que não estão bem. Não pode, como nenhum licenciado não pode ganhar menos de mil euros. Não, o Governo foi há 8 anos e o SNS tem 40 ou 50 anos. Não venha com essa história, com essa demagogia, com essa cartilha. E, já agora outra coisa, essa história das ligações perigosas e que deixa aqui qualquer pessoa séria, democrática, que o que o deixa ficar mal, que eu tenho como uma pessoa minimamente informada e minimamente correta na afirmação política que aqui tem defendido. Insinuar com casas, com empresas, oiça, quer que eu fale de algumas coisinhas do Luís Montenegro. Não vou trazer esse debate para aqui, que circula nos subterrâneos. Não vale a pena, não é esse o debate que queremos ter aqui, não é esse o debate. E depois, ainda vem, com a história do aeroporto. Pois, não é esse debate que a gente quer ter, porque esse não é o debate que interessa a Paredes de Coura, neste momento. Ou a gente está esquecida do José Luís Arnaut e da história da ANA e da porta circulatória e dos interesses privados que há à volta do Montijo. Queremos discutir isso? Só queremos é ter alguém com coragem para só obstaculizar esses interesses e ter uma decisão que sirva o interesse público. E já agora, estamos em 2023, a caminho de 2024. Estamos a discutir 2023, não estamos a discutir 2015 nem 2010, nem 2012. Estamos aqui para projetar, para projetar. Vocês estão agarrados ao passado. Já foram descobrir um apoiante, um homem de sucesso em 1990 ou 1987. É esse o debate que querem ter? Não é esse o debate que nos interessa neste momento. O debate que nos interessa neste momento é aquilo que o orçamento nos traz. Aquilo que foi a valorização deste território, aquilo que continua a ser as prioridades deste executivo e que vocês, em muitas circunstâncias, até dizem que este executivo só faz porque até é da vossa cor ou estão esquecidos disso? Não, não estão Senhor Deputado, para terminar, lamento o tom. Aceito, aceitamos sempre gostamos do contraditório, mas neste momento há que lamentar o tom altamente demagógico pois trouxe aqui exemplos que não têm nada a ver com aquilo que é a discussão que interessa a este concelho e que interessa ao nosso país". -----

Celina Sousa - PCP/PEV: Lamento a situação pela qual passou e também a vivenciei recentemente. Mas não penso que o setor privado, neste momento, seja uma maravilha, porque também há áreas que já estão a rebentar pelas costuras. Porque tenho uma pessoa familiar que trabalha quer no público, quer no privado, sei um bocadinho do que se passa. Há pessoas no setor privado a esperar meses por uma consulta, uma primeira consulta. Por isso, concordo que o SNS precise de uma intervenção pública séria, que o aumento tão falado para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os médicos é mais uma manobra de diversão, porque não vai chegar a todos, tal como têm sido as manobras de diversão para denegrir o setor da educação. -----

Sim, eu sou de esquerda. E, sim! Eu defendo um sistema nacional de saúde público e de qualidade. -----

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

Presidente da Câmara: como é apanágio do Partido Socialista e eu como discípulo, somos adeptos das contas certas. Continuamos com uma boa gestão que nos permite poder financeiro. E esse poder financeiro ajuda-nos a enfrentar os desafios do futuro com maior otimismo, permite-nos captar investimento e criar melhores empregos. Agora, estamos também a investir na área da habitação a custos suportáveis para as famílias e continuamos a educar e a formar os nossos jovens através de uma boa oferta escolar e, também, através de uma oferta cultural que nos deixa satisfeitos pois que é notada, muitas vezes, com bastante relevo, pelo olhar externo, que diz estarmos a fazer um bom trabalho. -----

ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2024

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2024. -----

Presidente da Câmara: “Num mundo global e competitivo, o grau de desenvolvimento de uma terra já não se mede pela proximidade ao centro, mas sobretudo pelo dinamismo económico de um território e por aquilo que as pessoas são capazes de criar. -----

A geografia já não é um fatalismo e Paredes de Coura, obviamente, também com críticas e com algumas debilidades, é hoje uma terra moderna, uma terra que na maior parte das vezes faz as coisas bem e também de forma diferente. E, por estratégia e também por convicção, trabalha muito na captação de investimento, no emprego, na formação e na educação e na cultura. -----

Já para o ano 2024, o orçamento apresenta um valor de 21 903 378 euros. É um orçamento novamente centrado na captação de investimento, na criação de emprego, na educação, na cultura. Ou seja, para muitas pessoas nem parece um orçamento socialista, só que também muitas vezes os partidos de direita pensam que a captação de investimento, a criação de emprego e a criação de riqueza é apanágio da direita e estão completamente enganados, até porque, quem for de esquerda, acho eu que tem uma responsabilidade acrescida em cuidar do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro, que não é nosso, é de todos e utilizar esse dinheiro para criar uma oferta pública decente, para não deixar os cidadãos ao Deus dará e para que a sociedade competitiva não deixe ficar ninguém para trás. -----

E um orçamento não serve para responder à oposição, mas eu também era adepto de - em melhores circunstâncias, se isso fosse possível no mundo que eu diria paradisíaco e partindo de uma avaliação muito positiva da natureza humana - acabar com o Serviço Nacional de Saúde e serem os privados a prestar os cuidados ao Estado, só que as pessoas esquecem-se de uma coisa, a partir do momento em que o Serviço Nacional de Saúde estivesse completamente estruturado e não houvesse concorrência, queria ver o que é que os privados fariam com os preços. -----

Continuamos a investir. Já estamos a projetar a terceira zona industrial que nascerá, como todos vocês sabem, em Linhares. -----

Hoje, no nosso concelho, há muito investimento a acontecer. Como é notório e compreensível, sempre compreendemos o tempo dos empresários, temos velocidade institucional, mas, modéstia à parte, também sabemos o lugar que ocupamos no ranking das exportações do Norte e temos a certeza de que, nos próximos cinco anos, entraremos no ranking dos vinte concelhos mais exportadores. E, se fizerem uma análise das zonas industriais das cidades e das áreas metropolitanas, que têm tradição industrial, um concelho com cerca de nove mil habitantes entrar no ranking dos vinte concelhos mais exportadores da zona norte, já compreenderão o nosso trabalho. -----

Neste momento, os parques industriais do nosso concelho têm um volume de negócios de duzentos milhões de euros, dos quais cento e cinquenta milhões são para exportação. Portanto, sabemos da exigência do compromisso anterior que assumimos. -----

Não paramos, Paredes de Coura, graças agora à ZENDAL, fará parte de um novo cluster biotecnológico que nascerá entre Porrinho e Paredes de Coura. -----

A Galiza para nós foi sempre um grande parceiro estratégico e um grande parceiro comercial e temos de aproveitar esta proximidade com a Galiza como uma oportunidade para o aprofundamento de relações bilaterais. Por isso é que temos de cooperar em vez de competir, para ganhar músculo no mercado global. -----

Temos de aprofundar, como disse, todos esses relacionamentos de complementaridade e de integração, também das próprias cadeias de produção. Então teremos de olhar cada vez mais para as fronteiras, não como uma linha, mas como uma porta para novas oportunidades de negócio. -----

Criamos, com a ZENDAL e com ANQEP -Agência Nacional de Qualificações, um novo curso de biotecnologia, na EPRAMI. Este curso faz parte do Catálogo Nacional das Qualificações e foi feito aqui em Coura, ou seja, uma terra pequena ofereceu ao país um novo curso que surgiu de uma parceria com EPRAMI, com a ZENDAL e com a ANQEP. E já está a funcionar na Escola Profissional. -----

Com os municípios de Monção e de Melgaço, concorreremos também a três centros tecnológicos especializados, mais conhecidos por CTE, e todos foram aprovados no valor de quatro milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil euros. Um deles, como vocês sabem, está sediado em Paredes de Coura. Com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo criámos um CTeSP (Curso Técnico Superior Profissional). E, neste momento, também vamos

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

criar uma associação para estruturar, organizar, fazer candidaturas e para dar, também, uma nova energia no investimento que estamos a fazer com a ZENDAL, porque nós sabemos que se tivermos uma estratégia para captar investimento de qualidade, investimento altamente qualificado, aí os salários subirão e o nosso país não deve ser competitivo pela precariedade e pelos salários baixos, mas sobretudo pela tecnologia e, sobretudo, pela aposta na inovação. Estamos a crescer de forma sustentada, eu até diria, às vezes rápida, sem lamentos ou esperar que os outros façam o nosso trabalho. -----

Arrancou, há sensivelmente dois meses, a construção do primeiro projeto de habitação a custos controlados com 27 apartamentos e estamos agora também a finalizar um processo de candidatura ao PRR para 55 habitações. Neste caso, não é para venda mas para renda acessível, na zona da Nogueira (Paredes de Coura). -- Não é exagero, mas novos dias felizes virão. Estamos a trabalhar já com uma fábrica de vacinas que está a laborar, outra que irá começar brevemente e a DOURECA acabou de ganhar dois clientes novos, a Mercedes e a Ferrari, o que é motivo de orgulho para nós, e a AKWEL prepara, em Castanheira, a construção de mais uma unidade fabril. Os jovens de Coura, acho eu, aprenderam a gostar da indústria num tempo em que as exportações crescem. E nós também temos consciência disso, que quanta mais indústria captarmos, mais os salários podem subir, porque as próprias empresas e o mercado também terão que competir pelos funcionários mais capazes e com maior experiência.-----

As famílias, como vocês sabem, também são a nossa preocupação. Podemos ajudá-las pela ação social e fazemo-lo quando as pessoas ficam para trás, mas existe aquele velho ditado que é muito melhor ensinar as pessoas a pescar do que lhes dar o peixe de mão beijada e, por isso, é que nós achamos que a criação de emprego é sempre melhor solução do que a ação social. -----

Todavia, para aqueles que têm dificuldades e que ficam para trás, também estamos cá para ajudar e estamos atentos. -----

O Gabinete da Ação Social do Município continua com o seu bom trabalho, por isso é que podemos dizer que é um orçamento para as pessoas e para aqueles que mais precisam. É, no fundo, um orçamento para as famílias e a melhor forma de acudir aos que mais precisam. É através da criação de riqueza que passa, mais uma vez, sublinho, pela atração de investimento, pela criação de postos de trabalho e pela aposta na cultura e na educação, pelo apoio os nossos comerciantes, com uma nova candidatura aprovada aos Bairros Digitais e também pelo cuidado com as freguesias. -----

Já vos disse que a situação financeira da Câmara é relativamente boa e vamos contrair um empréstimo para fazer as obras que são necessárias nas freguesias, sobretudo no campo da mobilidade. -----

Por fim, continuaremos com uma atitude de rigor financeiro, porque só assim é que podemos escolher o nosso próprio destino, ter autonomia financeira e, nas alturas mais difíceis, ajudar quem precisa. É um orçamento estratégico que passa um modelo alternativo de desenvolvimento, que procura acudir a tudo e a todos e em que as contas batem certo. É, sobretudo, um orçamento de criatividade feito de coragem, de emprego, onde sentimos vida, cultura, educação e eu acho que também um futuro bom para nossos filhos, que são a razão principal de nós estarmos aqui, hoje. -----

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Celina Sousa (PCP/PEV): Relativamente ao orçamento apresentado, consideramos que é um orçamento ambicioso e, por isso, votaremos a favor. Esperamos a mesma ambição para execução orçamental. -----

O orçamento prevê mais investimento nas zonas industriais e na reabilitação do edificado já existente. Esperamos que as reabilitações sejam feitas com bastante qualidade, devidamente fiscalizadas, pois tem-me custado ver, sistematicamente, baldes espalhados para recolher infiltrações da chuva numa escola intervencionada há cerca de 6 anos e noutra, ainda este ano. Acho que não é só fazer, temos que primar um pouco pela qualidade. -----

Consideramos ainda que todas estas obras são grandes obras, são importantes, como são importantes as pequenas obras e as pequenas intervenções. Para nós, uma Vila cuidada e limpa é um cartão de visita importante e que não tem grande impacto no orçamento. Por isso achei interessante, ontem, ao sair do parque, verificar que a intervenção que estava a ser feita nos grafites que deram tanta polémica, finalmente foram cobertos. Por isso, esperamos que este orçamento também preveja estas pequenas intervenções e que elas sejam feitas com maior rapidez. -----

José Augusto Sousa - PPD/PSD-CDS/PP: O mais importante da intervenção, não se comenta. Também defendo um SNS de qualidade, que garanta os melhores serviços para toda a população e que pessoas com fracos recursos tenham exatamente o mesmo acesso que as pessoas com mais recursos. É isso que eu defendo e é isso que o PSD defende, igualdade de oportunidades. -----

Quanto ao orçamento, partilho da visão global de Celina Sousa, membro do PCP/PEV. -----

O orçamento, desta vez, engloba um conjunto de obras com as quais o PSD está totalmente de acordo. -----

O PSD concorda com a continuação do apoio à educação, o PSD concorda com o investimento na cultura, o PSD aprova o apoio à habitação, mas achamos que ela é muito limitada, apesar das verbas envolvidas. E é muito limitada, não só pela curta dimensão do investimento em número de habitações, mas pelo âmbito daquilo que é apoiada. Nós gostaríamos de ver uma proposta que englobasse isenções de IMT e IMI, durante 10 anos para a reabilitação de prédios urbanos em todo o concelho. Nós gostaríamos de ver a habitação a preços controlados generalizada para todas as freguesias. -----

Nós gostaríamos de ver um apoio mais significativo aos empresários. Nós gostaríamos de ver uma área de apoio à saúde para os habitantes de Coura e, caso tenha alguma intervenção no próximo programa do PSD, para as próximas eleições, a proposta do Vereador Venâncio Fernandes será reforçada. É evidente que, às vezes, temos de passar por elas para perceber onde temos de agir. Aceito a crítica de demagogia, mas a crítica que fiz é, obviamente, no sentido de revolta pelos portugueses e, neste caso, pelos courenses de não terem todos acesso à saúde de qualidade, que foi esse o objetivo principal da primeira intervenção. -----

E, obviamente que vamos votar a favor. E tal como a Celina pretende, o importante é que tenhamos cento e cinquenta por cento de execução. E que, entretanto, se tiver de fazer alterações não sejam para diminuir como temos feito, recorrentemente, ao longo destes mandatos, mas para aumentar o orçamento. Isso é que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

importante. O importante é fazer a alteração à proposta que estava em votação, para acrescentar mais um projeto. -----

Portanto, o orçamento é positivo, considera a ligação da zona industrial de Castanheira à zona industrial de Formariz e à vila, considera a nova área industrial, considera o apoio à habitação, considera o apoio à cultura e à educação. -----

Falta o apoio à sociedade civil, à atividade económica e falta um apoio mais abrangente à habitação. E quando nós falamos em habitação e quando nós falamos em cultura, só damos nota que no orçamento relativamente à habitação se faz muita ênfase e bem, mas o valor do apoio é muito idêntico, e bem, ao valor que é dado à cultura, nas grandes opções do plano. Mas quando se diz, estarmos focados um bocadinho na habitação, porque, seguramente, para resolver o problema de habitação, o investimento tinha de ser gigantescamente mais elevado para as nossas necessidades. Portanto, a Câmara não tem capacidade financeira para um investimento muito maior do que aquele que vai suportar, mesmo com o apoio do PRR, tenhamos consciência disso, a Câmara só tem competência para a construção e para o arrendamento, por haver um PRR em curso. E, por isso, é muito importante acorrer aos fundos estruturais, pelo que sempre votaremos a favor. -----

Mas também é importante percebermos que sem apoiar a iniciativa privada, sem criarmos mecanismos de incentivo aos particulares e às empresas para fazerem aquilo que a Câmara não pode, também não chegamos lá. E, aí, estaremos cá, tal como estivemos aquando da construção da estrada. -----

Quando o orçamento for todo concretizado e, seguramente, já não será concretizado pelo atual Presidente da Câmara, partilho uma intervenção que fiz na última Assembleia Municipal do PSD em que defendi que os partidos não devem indicar presidentes de câmaras, a meio do mandato, para a lista de deputados. Espero que o nosso atual Presidente, por muita vontade que tenha de ir para Lisboa, não saia, porque considero isso uma desconsideração e mais uma descida naquilo que é a promessa dos políticos perante os eleitores e, portanto, nessa matéria, é claro que nesta Assembleia houve uma pessoa, particularmente, que quase me fuzilou, mas eu espero que o sr. Presidente da Câmara não tenha essa tentação, porque isso é uma quebra de confiança com o eleitorado. -----

E, portanto, nós votaremos a favor. -----

Manuel Monteiro – PS: “Nesta fase tivemos o PSD convergente. Isto é interessante. É interessante porque, sem qualquer tipo de ironia, vem no sentido que da minha anterior intervenção, de facto, quando discutimos o que é essencial para a população, para o nosso concelho até parece temos convergência em muitos pontos de vista, ainda bem. E temos convergência, porque, de facto, aquilo que nós vimos aqui dizer é que, e usando uma expressão popular, este orçamento consegue ser uma pescadinha de rabo na boca. Uma pescadinha de rabo na boca virtuosa. No sentido de que, sendo o orçamento um instrumento do desenvolvimento, ele toca em setores chave, que na nossa opinião, e penso que na generalidade dos observadores, quer externos, quer internos, quer das pessoas que avaliam a ação do executivo, produz efeitos naquilo que é a vida, o dia a dia da população courense. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E produz efeitos porque toca naquilo que é o elevador social mais significativo na vida das pessoas: a educação, a cultura, a formação. E neste sentido, a formação aponta em duas áreas essenciais que o sr. Presidente teve a oportunidade de referir. Estes cursos são particularmente significativos para a formação de recursos humanos para áreas qualificadas, em emergência na economia local, quer no setor biotecnológico, quer no setor que o Presidente classificou como cluster biotecnológico. E em que todos, naturalmente, estaremos de acordo que é a instalação da ZENDAL em Paredes de Coura como fator de atração nessa área e que esperemos que tenha os resultados que todos ansiamos.-----

Aqui há dois, três ou quatro orçamentos atrás discutíamos que Paredes de Coura tinha boas áreas industriais e a sua importância para a instalação de empresas, mas que estavam a trabalhar com mão-de-obra intensiva. Que sempre tem custos associados, que são muitas vezes baixas remunerações, trabalhos semiqualeificados, trabalhos por turnos que produzem, digamos, dificuldades na conciliação da vida pessoal, profissional e familiar. E que quando estamos a falar de áreas de qualificação de recursos humanos, estamos naturalmente à espera de melhores remunerações, melhores rendimentos, melhor capacidade económica das populações locais, que têm todos os efeitos que todos esperamos também na economia local. E na economia local tem necessariamente importância todo o tecido económico. Mas quando é dito que se pode fazer mais pela economia local e particularmente pelas empresas, eu penso que não se está a ver e não se está a ser totalmente justo em relação a essa matéria em relação ao trabalho que está a ser realizado. E com isso queremos dizer que, nessa área, a Câmara faz o seu trabalho e tem feito o seu trabalho. Quando falamos das pequenas e médias empresas e dos pequenos comerciantes penso que o executivo municipal e o município e a Câmara Municipal têm feito o seu trabalho. Que quando podem comprar localmente, não comprem fora e que quando podem contratualizar serviços fazem-no quando a oferta aqui é possível. Portanto, não é, muito longe disso, não é com subsidiação que me parece que essa questão se resolva. De qualquer maneira, este orçamento tem e continua a ter preocupação social. E essa preocupação social e central num executivo socialista não pode deixar ninguém para trás. E mais, não esqueçamos nunca que a ação municipal é complementar da ação do Estado. Não esqueçamos, por exemplo, que se anuncia para o orçamento de estado de 2024 a subida generalizada do abono de família, a subida do salário mínimo, a subida das prestações sociais, a subida do complemento solidário para idosos, naturalmente que a ação municipal, e o sr. Presidente teve oportunidade de o evidenciar aqui, através da atenção do Gabinete de Ação Social, é exatamente para complementar a ação do Estado, a ação do governo central. Portanto, nesse sentido, estamos todos, ao que parece, de acordo com este orçamento, até porque foi aqui evidenciado na sua apresentação que não foi usada a expressão folga orçamental, que é uma expressão usada pelo Governo Central e pelo Ministério das Finanças. Mas foi usada pelo sr. Presidente a expressão ter boas contas. E as boas contas permitem de facto ter capacidade de atender e de estar disponível para qualquer emergência ou qualquer situação de candidaturas a fundos comunitários, de estar com disponibilidade para intervir. Foi, por último, também salientado que o sr. Presidente não usou a expressão rede viária que, era, de facto, uma tradicional nomenclatura nos orçamentos e que, a dado passo, pareceu-me que a intervenção do PSD que ia por esse caminho. Mas não foi, pensei que era ainda com essa nomenclatura da rede viária, dos

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caminhos, não, falou da mobilidade. A mobilidade hoje é muito mais que rede viária, as condições de circulação, mas também as condições do próprio piso, que é aí que estávamos a falar quando falamos da rede viária. -----
Portanto, para concluir, este orçamento nunca esquece aquilo que é o tecido social, o território em si que são também as freguesias que compõem o concelho. Portanto, e quando falamos do trabalho do executivo municipal, não estamos a falar só do trabalho para os residentes na sede do concelho, estamos a falar naturalmente para todos os munícipes. São os fregueses, da atividade do executivo municipal, portanto, ao que parece, estamos unanimemente de acordo com este orçamento, e é nesse sentido que também apontamos, como não podia deixar de ser. -----

A proposta de Orçamento e proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal depois de submetidos à votação, foram aprovadas por unanimidade com 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente. -----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

Saiu da sala Elizabete Costa - PPD/PSD-CDS/PP. -----

CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta para a contratação do empréstimo de curto prazo, para o ano de 2024, para acorrer a dificuldades de tesouraria, nos termos do previsto no artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

Presidente da Câmara: referiu que o ponto em questão tem a ver com a autorização para contratação de um empréstimo de curto prazo no valor de trezentos mil euros, durante o ano de 2024, destinado a acudir a dificuldades de tesouraria. E que, depois de consultadas as instituições bancárias e analisadas as condições, a melhor proposta foi apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola, considerando não apresentar encargos ou comissões. -----

A proposta para a contratação do empréstimo de curto prazo, para o ano de 2024, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 28 votos, sendo 21 votos do PS; 4 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente. -----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

Regressou à sala Elizabete Costa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Ponto nº 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal. -----

Dado que este ponto foi abordado pelo sr. Presidente da Câmara, no período antes da ordem do dia, a Assembleia dispensou mais explicações. -----

A proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 05 – Apreciação, discussão e votação da proposta de delegação no Presidente da Câmara Municipal da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo do nº3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.-----

Presidente da Câmara: disse ser comum que este assunto venha à Assembleia, porque, de facto, é competência da Assembleia Municipal autorizar, na pessoa do presidente, a assunção de compromissos plurianuais até ao limite do valor de 99 759,58€. Que esta delegação é fundamental para agilizar procedimentos relativos a compromissos.-----

A proposta de delegação no Presidente da Câmara Municipal, da competência de autorização de assunção de compromissos plurianuais, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS

Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2024, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 26º do RFALEI, aprovado pela Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----

Foi decidido, discutir os pontos 6, 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos, conjuntamente, com votação distinta. -----

Presidente da Câmara: Há uma verdade absoluta de que sem impostos não é possível fazer orçamentos, pelo menos, no mundo da democracia parlamentar ou da democracia representativa. -----

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sempre defendemos que os impostos são uma parte importante da receita. Que são os impostos que estruturam o próprio Estado social, apesar de, sobretudo a direita mais neoliberal considerar que o Estado social é um entrave ao desenvolvimento e de que se destruturássemos o Estado social e semeássemos a precariedade na sociedade, esta se tornaria mais dinâmica e mais competitiva, o que não passa de um mito, porque é necessário haver equilíbrio entre os contributos da sociedade, dos que produzem riqueza e também dos que ficam nas margens da própria sociedade. E, obviamente, que só é possível fazer investimento se conseguimos criar riqueza. -----

E, em vez de reclamar pela repartição da riqueza, o PS toma uma atitude, que eu diria, mais proativa, ou seja, cria condições de investimento e cria condições de riqueza, porque quem for favorável ao mundo dos negócios e ao mundo dos empresários e, nessa matéria, podemos dizer que o PSD teve algum contributo, ou até um contributo grande e não devem esquecer que, há bem pouco tempo, as exportações passaram a barreira dos cinquenta por cento do PIB e isso deveu-se aos governos socialistas, ou seja, se o PS, como Governo consciente e que sabe que a criação de riqueza é importante, ao participar nela, obviamente que também haverá maior domínio para acudir aos que mais precisam porque, muitas vezes, e apesar de o PS ser um partido amigo do investimento é amigo dos empresários e também sabe que não pode esquecer a periferia, porque, infelizmente, algumas pessoas ficariam para trás. -----

Relativamente aos impostos, por exemplo no caso do IMI, há uma baliza entre o valor mínimo e o valor máximo e nós cobramos o valor mínimo. Contudo, também temos consciência de que o IMI é um imposto que pesa de forma substancial no orçamento das famílias. Assim, aplicamos uma dedução fixa para famílias com três ou mais dependentes, embora possamos dizer que a medida não atinja muitas famílias, vai atingir as mais numerosas e as que têm maiores dificuldades.-----

Quanto ao IRS, sabemos que há algumas pessoas, num campo intermédio, que apesar de não ganharem muito, pagam algum IRS, mas também sabemos, e é evidente, que podem considerar injusto, mas taxa, sobretudo, as pessoas que mais ganham e que têm, sobretudo, rendimentos mais substanciais. No entanto e apesar de haver uma taxa máxima que podíamos aplicar, aplicamos uma taxa intermédia, devolvendo dois por cento aos contribuintes, mesmo que o PSD defenda a devolução por inteiro. -----

Quanto à derrama somos completamente favoráveis ao seu lançamento e até achamos que a taxa deveria ser superior porque as empresas com volume de negócios até cento e cinquenta mil euros, sobretudo as empresas pequenas, estão isentas. -----

Ora, as grandes empresas e as empresas que têm lucros - às vezes na casa dos vinte ou trinta milhões, acho que, nesses casos, a derrama até poderia ser maior, porque uma Câmara, que é o nosso caso, que apoia os empresários, e os ajuda no calvário das dificuldades - nunca disseram que seria bom não pagarem derrama, pois reconhecem o nosso trabalho e o apoio que lhes é dado que pode ser mais eficaz que a isenção de derrama.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: O PSD tem tido posições permanentes sobre estas matérias e o PS também. Mas a verdade é que o PS, a pouco e pouco, aproxima-se das posições do PSD e continuará a aproximar-se.-----

Nos últimos dois anos, relativamente ao IMI, alertei para a necessidade da sua redução para as famílias numerosas. Este ano, já se verifica a dedução de cento e quarenta euros. Aí está uma aproximação do PS. Às vezes ouvem-nos, mas deviam ouvir-nos mais vezes, porque estamos todos aqui a pensar na melhoria das condições de vida dos courenses. Todos. Às vezes pode parecer que não, mas estamos todos, uns de uma forma e outros de outra. -----

Portanto, em relação ao IMI, iremos votar a favor e fica como declaração de voto, que achámos que o valor a deduzir não deveria ser fixo, deveria ser mais elevado e deveria depender do número de pessoas do agregado familiar. Porque uma família com cinco filhos tem que ter uma casa maior do que quem tem dois ou três e, por isso, face às taxas de avaliação, paga mais IMI, quando deveria pagar menos, por estar a contribuir positivamente para a reposição da população está, assim, a ser penalizada. No entanto, votámos a favor e congratulamo-nos que o PS tenha aceite a proposta apresentada pelo PSD, nos últimos dois anos, de aprovar uma dedução de IMI para famílias numerosas. -----

Em economia há o chamado efeito multiplicador em que, ao retirar-se às famílias determinadas percentagens de imposto elas vão deixar de serem poupadas ou gastas por essas famílias e ao deixarem de ser gastas por essas famílias passam para a administração pública e, está mais que provado, que todos os estudos económicos feitos o demonstram que o impacto de um gasto de um particular é sempre muito maior na economia e na sociedade do que o efeito de um gasto pela administração pública.-----

Relativamente à TMDP disse votar a favor porque é uma taxa que não é refletida aos courenses. -----

Quanto à questão do IRS, a verdade é que o PS gosta de ter impostos para gastar, não para criar riqueza. -----

Quanto ao IRS, o PSD entende que a redução devia ser de 5%, mas vota a favor com a declaração de voto de que a redução deva ser alargada para os cinco por cento. -----

Quanto à derrama, o PSD tem transmitido sempre que se trata de um imposto socialmente injusto e não conhece nenhuma empresa do concelho que tenha lucros de vinte ou trinta milhões. Assim, quanto ao lançamento da derrama, o PSD vota contra, porque entende que é um imposto socialmente injusto, tendo em conta que a mesma atividade pode ter regimes fiscais diferentes e pela questão de ter regimes fiscais diferentes, uns pagam outros não. -----

Celina Sousa – PCP/PEV: disse que, sendo coerentes com as votações de anos anteriores, vão votar favoravelmente os quatro pontos relativos aos impostos municipais e quanto ao ponto 7, propôs que a dedução de IMI, aplicada, seja alargada também a famílias monoparentais.-----

Manuel Monteiro – PS: só para indicar o nosso sentido de voto e dar nota aqui de uma posição insanável que nos trouxe o PSD. Que é, em todas as componentes do orçamento pede mais uns pozinhos nos incentivos às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empresas e à economia local, mais uns pozinhos na habitação, mais uns pozinhos na educação, mais uns pozinhos na criação de emprego. Mas os pozinhos são finitos. Porque não há pozinhos mágicos. São uma das receitas próprias da Câmara, que ainda por cima são pequenas. -----

De facto, a nossa dimensão redistributiva faz com que, por exemplo, na questão do IRC, se entenda que a componente da responsabilidade social é uma componente em que um ente público como a Câmara Municipal deve deitar mão, para que possa intervir naqueles que têm mais necessidade e que nós não queremos deixar ficar para trás.-----

Na questão do IRS, estamos sempre em desacordo. Mas é um desacordo saudável! Porque nós entendemos, e a levarmos a sério os números que são avançados pelo Ministério das Finanças, de que 52% dos portugueses não pagam IRS. Se virmos o que é a componente de trabalho em Paredes de Coura, provavelmente essa percentagem estará certa para Paredes de Coura, se não for superior. Isso quer dizer que aquilo que podemos cobrar àqueles que mais rendimentos do trabalho têm não é exatamente para aqueles desperdícios que aqui foram apontados, mas é exatamente para resolver as necessidades daqueles que mais precisam. E quando estamos aqui e se vem reclamar que nos apoios sociais ou noutras componentes, como aqui foi evocado para as famílias monoparentais, e nessa componente também pode estar em causa como receita distribuível, pelo executivo municipal. Por isso, o nosso sentido de voto é o sentido de voto favorável, porque não há omeletes sem ovos. E como não há omeletes sem ovos, também não há despesa sem receita. E esta é uma componente a que devemos deitar mão. E mais. É uma componente de responsabilidade social e que vamos fazer com que todos possamos contribuir, aqueles que trabalham e têm mais rendimentos para aqueles que têm mais dificuldades. -----

Por último, dizer que de facto, aquilo que foi avançado há pouco, que era baixar ao mínimo os impostos e até de distribuir ou deixar esses impostos nas famílias, acaba com uma componente de exercício da função e da dimensão pública que só se faz com receita e essa receita vem dos impostos. Quem faz as ruas, quem limpa o lixo, quem trata dos jardins, quem contribui para a economia, quem estimula, quem proporciona a criação de cultura? Quem proporciona educação? Quem faz o provimento dos serviços? São as entidades públicas! Quem faz a provisão desses serviços no nosso município, para além do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e, particularmente, o nosso ministério: que é o executivo municipal. Por isso, é nesse sentido que devemos também ter sempre presente que quem faz essa provisão de serviço público é o executivo municipal através do município. Melhor dizendo: a responsabilidade é do executivo municipal e é, nesse sentido, que os impostos são uma ferramenta do desenvolvimento e não tanto um garrote que estrangula os cidadãos ou as famílias. -----

Presidente da Câmara: relativamente à proposta do PCP/PEV de alargamento da dedução aplicada de IMI a famílias monoparentais, disse parecer justa, que as pessoas não podem ser discriminadas e que fica registada. -

A proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2024, depois de submetida à votação foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovada por unanimidade, 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente. -----

O representante do PPD/PSD-CDS/PP apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “O PSD vota a favor com a declaração de voto de que a redução de IRS deve ser alargada para 5%.” -----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Ponto nº 07 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2024, em 0,30% para os prédios urbanos e de aplicação de uma dedução fixa no valor de € 140,00 (cento e quarenta euros) para famílias com três ou mais dependentes que cumpram os requisitos do artigo 112.º-A, do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI).-----

A proposta para fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2024, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente.-----

O representante do PPD/PSD-CDS/PP apresentou a declaração de voto com o seguinte teor: “Achamos que o valor a deduzir não deveria ser fixo, deveria ser mais elevado e deveria depender do número de pessoas do agregado familiar”.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

Ponto nº 08 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25%, para o ano de 2024, ao abrigo do disposto no artigo 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, em conjugação com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea c), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei no 75/2013, de 12 de setembro 2013.-----

A proposta para fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25%, para o ano de 2024, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 29 votos, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

LANÇAMENTO DE DERRAMA

Ponto nº 09 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para lançamento de derrama, para o ano de 2024, ao abrigo do disposto no art.º 18.º do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2024, depois de submetida à votação foi aprovada por maioria com 26 votos a favor, sendo 21 do PS e 2 do PCP/PEV 1 do PPD-PSD/CDS-P e 1 Independente e 4 votos contra do PPD-PSD/CDS-PP.-----

MANDATO DE 2021 A 2025



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PPD-PSD/CDS-PP disse votar contra o lançamento da derrama por entender que a derrama é um imposto socialmente injusto, tendo em conta que a mesma atividade pode ter regimes fiscais diferentes e pela mera e exclusiva questão de ter regimes fiscais, uns pagam outros não. -----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto nº 10 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-10-2023, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21-12-2022, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -

Ponto nº 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de assunção prévia de compromisso plurianual decorrente do lançamento da empreitada de reabilitação do edifício do Centro de Saúde de Paredes de Coura. -----

Presidente da Câmara: Referiu que, como o Município passou a promotor da obra e que, naturalmente, sendo uma obra que ultrapassa o horizonte de um ano considera-se um compromisso plurianual pelo que necessita da autorização da Assembleia Municipal. E, neste contexto, pediu o voto favorável. -----

Manuel Monteiro - PS: Lembrou, relativamente ao assunto em questão, que já tinha transmitido esta informação numa sessão anterior da Assembleia referente a um pacote no valor de treze milhões e oitocentos mil euros, contratualizada pela CIM, via PRR, destinada à intervenção no conjunto de estruturas de Saúde do Alto Minho. -----

José Augusto Sousa PPD/PSD-CDS/PP: disse que o PPD/PSD-CDS/PP iria votar a favor.-----

A proposta para fixação de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com 29 votos a favor, sendo 21 votos do PS; 5 votos do PPD-PSD/CDS-PP e 2 do PCP/PEV e 1 independente.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº12 - Intervenção do público. -----

Não houve intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----